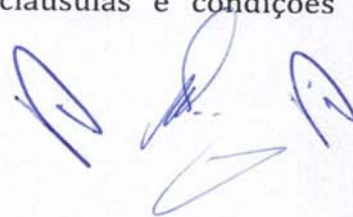


11ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

LOPES & DIAS ADVOGADOS

Por este instrumento particular, **NERYLTON THIAGO LOPES PEREIRA**, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na QI 16, Boco O, apartamento 107, Guar I, Brasília – DF, CEP: 71.015-152, portador do CPF n 722.432.601-15, inscrito na OAB/DF sob o n 24.749, **MICHELLE CRISTHINA DIAS**, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada na QMSW 04, lote 6, apartamento 125, Sudoeste, Brasília – DF, CEP: 70.680-400, portadora do CPF n 057.348.716-21, inscrita na OAB/DF sob o n 23.763, e **AUZNIA EVANGELISTA DE SOUZA**, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada na QE 20, Conjunto R, Lote 65, Guar I, Brasília – DF, CEP: 71.015-187, portadora do CPF n 262.055.131-53, inscrita na OAB/DF sob o n 48.826,únicos sócios da Sociedade Simples **LOPES & DIAS ADVOGADOS**, inscrita no CNPJ sob o n 08.008.370/0001-87, estabelecida nesta capital federal, Setor Hoteleiro Norte (SHN) Quadra 02, Bloco I, Loja 01, Subsolo, Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70.702-090, telefone/fax: (61) 3256-8102, devidamente registrada na OAB/DF seccão do Distrito Federal sob o n 1103/05-RS em 23 de setembro de 2005, Alterao Contratual n 01 (um), registrada sob Certidão n 391/06, de 04 de abril de 2006, Alterao Contratual n 02 (dois), registrada sob a Certidão n 77/06, de 30 de junho de 2006, Alterao Contratual n 03 (trs) registrada sob o n 183/07, de 12 de abril de 2007, Alterao Contratual n 04 (quatro), devidamente registrada em 07 de fevereiro de 2008, Alterao Contratual n 06 (seis), devidamente registrada em 24 de dezembro de 2010 e Alterao Contratual n 07 (sete), devidamente registrada em 21 de janeiro de 2011, Alterao Contratual n 08 (oito), devidamente registrada em 10 de julho de 2015, e Alterao Contratual n 09 (nove), devidamente registrada em 14 de novembro de 2018 resolvem de comum acordo e na melhor forma de Direito, alterar o Contrato Social e consolid-lo conforme as cláusulas e condições seguintes:



CAPÍTULO I

DA SEDE DA SOCIEDADE

CLÁUSULA 1ª:

A Sociedade mudou sua sede nesta Capital Federal, para o Setor Comercial Norte (SCN) Quadra 01, Bloco F, Salas 1217,1218 e 1219, Edifício América Office Tower, Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70711-905, telefone/fax: (61) 3256-8102.

À vista da alteração ora ajustada, consolida-se o Contrato Social, com a seguinte redação:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

LOPES & DIAS ADVOGADOS

CAPÍTULO I

DA RAZÃO SOCIAL E SEDE

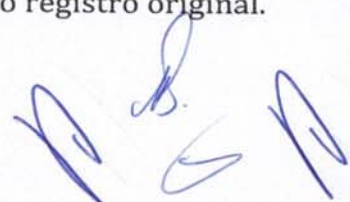
Cláusula 1ª - Fica constituída a Sociedade de Advogados, que girará sob a razão social de **LOPES & DIAS ADVOGADOS**.

Parágrafo 1º: O falecimento do sócio que tenha dado o nome à Sociedade não implicará na alteração de sua denominação social.

Parágrafo 2º: A Sociedade tem sede e foro nesta Capital Federal no Setor Comercial Norte (SCN) Quadra 02, Bloco F, Salas 1217,1218 e 1219, Edifício América Office Tower, Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70711-905, telefone/fax: (61) 3256-8102.

Parágrafo 3º: Poderão ser abertos e fechados escritórios em qualquer ponto do território nacional, sempre sob a responsabilidade direta de um dos sócios, ficando os sócios obrigados à inscrição suplementar (§ 5º do art. 15 da Lei nº 8.906/94), bem como a devida comunicação à Seccional do registro original.

CAPÍTULO II



DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Cláusula 2ª - A Sociedade tem por objetivo disciplinar a colaboração recíproca no trabalho profissional, bem como o expediente e resultados patrimoniais auferidos na prestação de serviços de advocacia em geral. Aqueles serviços privativos da advocacia, conforme reservados no Estatuto dos Advogados, serão exercidos individualmente pelos sócios, ainda que revertam ao patrimônio social os respectivos honorários.

CAPÍTULO III

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 3ª - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas, cada uma no valor de R\$ 1,00 (hum real), assim distribuído entre os sócios:

- A. À sócia MICHELLE CRISTHINA DIAS, cabem 15.000 (quinze mil) cotas, perfazendo a quantia de R\$15.000,00 (quinze mil reais), o que corresponde a 10% (dez por cento) do capital social.
- B. Ao sócio NERYLTON THIAGO LOPES PEREIRA, 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos) cotas, perfazendo a quantia de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais), o que corresponde a 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social.
- C. À sócia AUZÔNIA EVANGELISTA DE SOUZA, cabem 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos) cotas, perfazendo a quantia de R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais), o que corresponde a 45% (quarenta e cinco por cento) do capital social.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

Cláusula 4ª - A responsabilidade dos sócios é limitada ao capital social.

Parágrafo 1º: No exercício da advocacia com o uso da razão social, o sócio ou associado responderá subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados a

clientes, por ação ou omissão, sem prejuízo da responsabilização disciplinar do sujeito causador do dano.

Parágrafo 2º: Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à Sociedade e/ou a terceiros, deverão cobrir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

Parágrafo 3º: Nas procurações outorgadas pelos clientes à Sociedade, os sócios serão nomeados individualmente, devendo os instrumentos respectivos conter o número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, e indicar a Sociedade de que façam parte.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

Cláusula 5ª - A administração dos negócios sociais cabe (m) ao(s) sócio(s) **MICHELLE CRISTHINA DIAS e NERYLTON THIAGO LOPES PEREIRA**, que usarão o título de Sócio(s)-Administrador(es), praticando os atos conforme estabelecido nos parágrafos seguintes:

Parágrafo 1º: Para os seguintes atos, a sociedade estará representada pela assinatura isolada de qualquer Sócio-Administrador ou de Procurador constituído em nome da Sociedade:

- a) Representação perante terceiros em geral, inclusive repartições públicas de qualquer natureza e entidades do sistema financeiro, bem como representação em juízo ou fora dele, ativa e passivamente;
- b) Despedida e punição de empregados, liberação e movimentação de FGTS e outros previdenciários, quitações e rescisões trabalhistas, representação perante entidades sindicais, previdenciárias e órgãos do Ministério do Trabalho;
- c) Emitir faturas;
- d) Praticar os atos ordinários de administração dos negócios sociais.

Parágrafo 2º: Para os seguintes atos, a Sociedade estará representada pelos dois Sócios-Administradores:



- a) Constituição de Procurador "ad negotia" com poderes determinados e tempo certo de mandato, podendo haver mais de um Procurador;
- b) Alienar, onerar, ceder e transferir bens imóveis e direitos a eles relativos, fixar e aceitar preços e formas de pagamento, receber e dar quitações, transferir e emitir posse e domínio, bem como transigir.

Parágrafo 3º: Para todos os demais atos ordinários e extraordinários de administração societária, não elencados nos parágrafos 1º e 2º desta cláusula, a Sociedade estará representada pela assinatura de dois Sócios-Administradores, ou um Sócio-Administrador e um Procurador constituído em nome da Sociedade. Entre atos, exemplificam-se os seguintes:

- a) Outorga, aceitação e assinatura de contratos ou atos jurídicos em geral, com assunção de obrigações e outras cláusulas;
- b) Abertura e encerramento de contas bancárias, emitindo, endossando e recebendo cheques e ordens de pagamento;
- c) Aceite de títulos cambiários e comerciais em geral, resultantes de obrigações da Sociedade;
- d) Constituição de Procurador "ad judicia", podendo haver mais de um Procurador;
- e) Receber e dar quitação de créditos, dinheiro e valores.

Parágrafo 4º: É absolutamente vedado, sendo nulo e inoperante em relação à Sociedade, o uso da razão social para fins e objetivos estranhos às atividades e interesses sociais, inclusive prestação de avais, fianças e outros atos a favor, mesmo que a benefício dos próprios sócios.

Parágrafo 5º: Aos sócios incumbidos da administração poderá ser atribuído "pró labore" mensais, fixados por comum acordo e levados à conta das despesas gerais.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E RESULTADO SOCIAIS

Cláusula 6ª - O exercício social corresponde ao ano civil. Ao final de cada exercício levantar-se-á imediatamente o balanço geral da Sociedade, apurando-se os resultados, que serão desde logo atribuídos ou suportados pelos sócios na



proporção de suas cotas de capital, após a dedução dos encargos eventualmente incidentes, na forma da legislação fiscal aplicável.

Parágrafo 1º: O primeiro exercício social, findou em 31 de dezembro de 2005.

Parágrafo 2º: Nenhuma destinação será dada aos resultados sociais até que os sócios a deliberem em reunião, lavrando-se a respectiva Ata.

CAPÍTULO VII

DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE E EVENTOS DE DISSOLUÇÃO

Cláusula 7ª - A duração da Sociedade é por tempo indeterminado.

Parágrafo único: A Sociedade iniciou suas atividades em 01 de maio de 2005.

Cláusula 8ª - Sendo a Sociedade composta por apenas dois (02) sócios e ocasionado a morte, incapacidade, insolvência, dissensão ou retirada de qualquer sócio, implicará na dissolução da Sociedade, assumindo o cargo de liquidante o sócio remanescente, que procederá aos trâmites da liquidação na forma da lei, salvo se a dissolução ocorrer por hipóteses de retirada, dissensão ou denúncia do Contrato Social, casos em que o liquidante será escolhido pela maioria do capital social.

Parágrafo único: Entrando a Sociedade em liquidação, os ativos ou passivos que por final se apurarem, serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção em que titularem o capital social.

Cláusula 9ª - A dissolução prevista na cláusula 8ª não ocorrerá se o sócio remanescente, no prazo de até 90 (noventa) dias do fato ocorrido ou do recebimento da notificação expressa do outro sócio quanto a sua retirada ou dissensão, manifestar a sua intenção de dar continuidade à Sociedade com admissão de outro sócio que atenda aos requisitos legais e remanejamento das cotas sociais.

Parágrafo 1º: Ocorrendo a hipótese de continuidade será levantado um balanço especial em prazo subsequente de 90 (noventa) dias, para apurar o valor líquido do patrimônio social e das cotas. Feito isso, o valor das cotas do sócio falecido, incapacitado, insolvente ou retirante será pago ao próprio ou à seus herdeiros,

conforme a hipótese, em até 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, devidamente corrigidas pelo mesmo índice aplicável à correção dos ativos sociais, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da assinatura da Alteração Contratual e as demais em igual data nos meses seguintes.

Parágrafo 2º: Em caso de exclusão de sócio por quaisquer das hipóteses previstas em lei, inclusive por perda do registro de inscrição na OAB e deliberação da maioria absoluta do capital social, que concomitantemente delibere a continuidade da Sociedade, proceder-se-á conforme previsto no parágrafo 1º desta cláusula.

CAPÍTULO VIII

DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

Cláusula 10ª - Aos sócios é reservado o direito de preferência na aquisição das cotas do capital social.

Parágrafo 1º: O sócio que desejar ceder ou transferir total ou parcialmente suas cotas, deverá notificar o sócio remanescente de sua intenção, especificando quantidade, valor e forma de pagamento, bem como o nome do eventual interessado, que deverá atender a qualificação de advogado inscrito.

Parágrafo 2º: Em prazo subsequente de 30 (trinta) dias da efetivação da notificação, o sócio remanescente deverá manifestar expressamente se deseja exercer o seu direito de preferência e/ou se possui alguma restrição ao ingresso do eventual interessado na Sociedade.

Parágrafo 3º: Incorrendo o exercício do direito de preferência por parte do sócio remanescente sobre a totalidade ou parte das cotas ofertadas e não havendo restrição ao ingresso do eventual interessado na Sociedade, o sócio ofertante poderá alienar as cotas sobre as quais não tenham recaído o direito de preferência ao terceiro interessado, nas mesmas condições em que as tenha ofertado ao sócio remanescente.

Parágrafo 4º: Havendo desinteresse do sócio remanescente no exercício do direito de preferência, mas havendo restrições suas ao ingresso do eventual

interessado, a Sociedade dissolver-se-á operando-se sua liquidação nos termos da Cláusula acima.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 11ª - As deliberações sociais serão adotadas por maioria absoluta de votos valendo cada cota um voto, inclusive para alterações de cláusulas contratuais, bastando tantas assinaturas quantas sejam necessárias para materializar essa maioria e autorizar o registro.

Parágrafo único: Ao sócio dissidente de deliberação social cabe em prazo subsequente de 30 (trinta) dias do registro da alteração, a manifestação de seu dissenso, com o exercício de seu direito de retirada e procedendo-se como previsto na Cláusula 8ª.

Cláusula 12ª - A solução dos casos omissos será adotada consoante as disposições legais vigentes ao tempo e resolução da maioria absoluta do capital social.

Parágrafo único: Em caso de divergência entre os sócios, os mesmos sujeitar-se-ão a solução por juízo arbitral, instaurado no Tribunal de Ética e Disciplina na Seccional da OAB onde a Sociedade for registrada.

Cláusula 13ª - Todos os honorários recebidos pelos advogados que integram a Sociedade reverterão em benefício da mesma, compondo os resultados sociais.

Cláusula 14ª - O presente instrumento de Alteração e Consolidação Contratual substituirá o contrato social e posteriores alterações contratuais em todos os seus termos, passando a vigorar a partir dessa data.

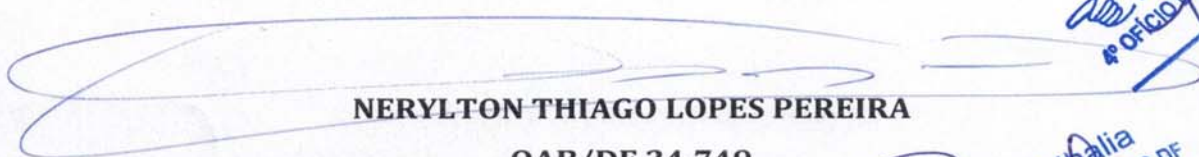
Cláusula 15ª - Fica eleito como foro essencial e contratual o da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília- DF, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que possa parecer.

Cláusula 16ª - Os sócios declaram sob as penas da lei, que não exercem nenhum cargo ou ofício público que originem impedimento ou incompatibilidade face o Estatuto da OAB, não participam de outra Sociedade de Advogados no âmbito

desta Seccional e que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de participar de Sociedades.

E por assim estarem justas e contratadas e mutuamente outorgando este contrato em todas as cláusulas e condições, assinam-no em 04 (quatro) vias de igual teor e mesmos fins, com as duas testemunhas abaixo qualificadas, autorizados todos os usos e registros necessários.

Brasília-DF, 06 de abril de 2021.


NERYLTON THIAGO LOPES PEREIRA

OAB/DF 24.749


4º OFÍCIO DE NOTAS DO DF


MICHELLE CRISTHINA DIAS

OAB/DF 23.763


4º OFÍCIO DE NOTAS DO DF


AUZONIA EVANGELISTA DE SOUZA

OAB/DF 48.826


4º OFÍCIO DE NOTAS DO DF

TESTEMUNHAS:

1 - Nome completo e assinatura
RG e CPF

2 - Nome completo e assinatura
RG e CPF

CARTÓRIO ASA NORTE
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3038-2519, 3326-5234, 3338-2500 - (61) 99129.1003
cartorio@4oficiodenotas.com.br

RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0271761]-NERYLTON THIAGO LOPES PEREIRA
[0557558]-MICHELLE CRISTHINA DIAS
[0138447]-AUZONIA EVANGELISTA DE SOUZA

TJDF20210090410192VYOK, TJDF20210090410193EKTJ
TJDF20210090410194AKIR
Selo tjdf.jus.br - BSB, 25/06/2021 - 12:44:59
NLFT-Tabellão: Evaldo Feltosa dos Santos
MAXSHUEL MENDONÇA MONTEIRO

QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDA O DOCUMENTO




Leônidas Fabiano P. Cruz
4º Ofício de Notas de Brasília DF
Escrevente Autorizado